

**Práticas agrícolas nas propriedades dos participantes da
Inconfidência Mineira (Minas Gerais, comarca do Rio das Mortes,
segunda metade do século XVIII)**

André Figueiredo Rodrigues

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, SP, Brasil
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9286-089X>
E-mail: andre.f.rodrigues@unesp.br

José Otávio Aguiar

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0489-3670>
E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com

Resumo: O artigo analisa as práticas agrícolas evidenciadas nas propriedades dos participantes da Inconfidência Mineira, residentes na comarca do Rio das Mortes, sul da capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. Para tanto, vasculham-se as produções de arroz, feijão e milho encontradas naquelas fazendas, revelando o abastecimento alimentar e os dados da produção local.

Palavras-chave: Produção de alimentos; Agricultura; Minas Gerais; Comarca do Rio das Mortes; segunda metade do século XVIII.

114

**Agricultural practices in the properties of the participants of the
Inconfidência Mineira (Minas Gerais, district of Rio das Mortes, 2nd half of the
18th century)**

Abstract: The article analyzes the agricultural practices evidenced in the properties of the participants of the Inconfidência Mineira, residents in the district of Rio das Mortes, south of the captaincy of Minas Gerais, in the second half of the 18th century. To this end, they examine the production of rice, beans and corn found in those farms, revealing the food supply and the data of local production.

Keywords: Food production; Agriculture; Minas Gerais; District of Rio das Mortes; 2nd half of the 18th century.

Texto recebido em: 1º/04/2019

Texto aprovado em: 31/05/2019

A agricultura durante todo o século XVIII sempre foi uma atividade presente em Minas Gerais, mesmo não sendo, aos olhos das autoridades fiscais portuguesas, a mais importante das lidas produtivas do vasto complexo econômico ali instalado.

A partir da primeira metade do Setecentos, as áreas ocupadas no interior de Minas Gerais, em virtude da mineração do ouro e do diamante, exerceram forte atração sobre os segmentos dedicados à agricultura, gerando mercados e servindo como polos de redistribuição de produtos, devido aos seus vínculos com a cidade do Rio de Janeiro e com as vilas que se tornaram prósperas ao longo daquele século.

A concentração de população em torno das cidades ligadas à extração aurífera se deveu à natureza mercantilizada da pequena produção, voltada para o abastecimento urbano e da população cativa. Os proprietários de médios e grandes grupos de escravos dependiam da proximidade ou do fácil acesso aos portos e centros de comércio para escoarem sua produção e poderem realizar a compra de outros escravos.

A necessidade de os produtores manterem-se o mais próximo possível dos centros urbanos ou das vias que lhes franqueavam acesso gerou um mercado de terras, devido à abertura de novas frentes de expansão. As unidades mineratórias, independente de abrigarem ou não em seu interior roças de mantimentos, buscavam as fazendas para se suprirem dos produtos que lhes faltavam. Em razão disso, parte do setor escravista agrário consolidou uma produção agrícola e pastoril voltada para o abastecimento dos gêneros demandados pela maioria dos núcleos mineradores. (GUIMARÃES; REIS, 1987; CHAVES, 1999; FURTADO, 1999; MENEZES, 2000)

No momento em que a extração mineral entra em retração, a partir da década de 1760, com o recolhimento cada vez menor dos quintos (taxa de 20% sobre a extração de ouro), todas as atividades dependentes do ouro sofrem diminuições, tal o caso, por exemplo, da entrada de novos produtos, levando à queda no rendimento dos contratos de entradas. (PINTO, 1979, p. 65)

Ao longo do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro assumiu papel de mantenedora do principal fluxo de comércio para Minas Gerais com a construção do Caminho Novo, encurtando a distância entre a região mineradora e o litoral, além de possibilitar à metrópole maior controle sobre a região aurífera. Mafalda Zemella lembrou-nos que após a abertura daquela estrada “região alguma pôde disputar com o Rio de Janeiro o desempenho do papel de ‘boca das minas.’” Seu trajeto encurtado, em relação às outras rotas que também levavam às áreas minerais, como o caminho que saía de São Paulo ou do recôncavo baiano, “fez com que se escoassem para o Rio de Janeiro os maiores lucros do comércio” ali empreendidos. (ZEMELLA, 1990, p. 65)

A partir deste comércio surgiram, ao longo dos caminhos que levavam às Minas Gerais, várias povoações, roças e logradouros para suprirem de bens agrícolas os viandantes que se deslocaram para aquele local. Para alimentar toda a massa humana que para lá se encaminhou, bem como seus animais, lembrando que o transporte do ouro e de outros gêneros era feito por muares, desenvolveram-se plantações, destacando-se a cultura da mandioca, do milho e do feijão.

A mandioca

A mandioca, refeição da dieta indígena, foi, entre os cronistas dos primeiros séculos da colonização, associado ao pão, chamando-a “pão da terra” ou “pão dos trópicos”.¹ Lembra Leila Mezan Algranti que isso se deveu, especialmente, a duas razões: “em primeiro lugar, por se tratar do sustento básico das populações autóctones, levando os portugueses a concederem-lhe, na hierarquia dos alimentos, o lugar de distinção que atribuíam ao pão.” Em segundo lugar, “devido à forma como os índios processavam a mandioca, transformando-a em uma espécie de farinha com a qual os colonos faziam bolos, pães, biscoitos” e cuscuz. (ALGRANTI, 2013, p. 144)

A mandioqueira (*Manihot esculenta* kratze) é considerada uma planta proveniente da América do Sul e “utilizada desde muito tempo pelos índios guaranis”. Quando os portugueses aqui chegaram, em 1500, ela já era cultivada no Brasil. A partir dela, as populações originárias obtinham produtos diversificados, “desde as folhas consumidas como hortaliças, até uma farinha alimentar, passando por uma bebida fermentada”. O contato com os silvícolas fez com que de maneira rápida a farinha de mandioca fosse incorporada à dieta dos colonos. (ALGRANTI, 2013, p. 144) Consumida sozinha ou acompanhada de hortaliças e do feijão, a mandioca se tornou a “Rainha do Brasil”, nas palavras de Luis da Camara Cascudo. (CASCUDO, 1983, v. 1, p. 103; ALGRANTI, 2013, p. 144)

Em anotações próprias do ouvidor Caetano da Costa Matoso, em coletânea de documentos por ele reunidos de 1749 a 1752, quando ocupou o cargo de ouvidor da comarca do Ouro Preto e que versam sobre a corrida do ouro nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, relata ser a farinha que se extrai desse tubérculo o “pão comum” de todo o Brasil; exceção a Minas Gerais e a São Paulo, que preferem a farinha originária do milho. Independente disto, a mandioca

também fez parte do rol alimentar mineiro, tanto em sua forma raladas quanto torrada ou transformada em polvilho. Aponta que há três “castas” de mandioca: a “brava”, que é a “que mais se usa nestas Minas”, e duas outras chamadas de “aipim”, sendo um “vermelho” e, outro, “branco”, que se comem assadas ou cozidas na panela. Estas mandiocas são classificadas como “mansas” e delas também se fazem a farinha e preparam mingaus, maniçoba e “caldos de goma”. (CÓDICE..., 1999, p. 778-779)

Em seu preparo, ainda de acordo com Costa Matoso, depois de colhida, a farinha de mandioca era peneirada e torrada. Segundo ele: “O melhor da mandioca é a mandioca puba”, que é aquela que “botada no tijuco [= barro] amolece ou apodrece, que quando está mole tem um cheiro que parece está podre, e por isso lhe chamam pela língua da terra mandioca puba; é boa.” (CÓDICE..., 1999, p. 782)

Nos sertões localizados principalmente na região norte da capitania de Minas Gerais, nos espaços correspondentes às comarcas de Paracatu e do Serro Frio, o sesmeiro tinha como preocupação inicial, depois de levantado o seu casebre, plantar algumas ramas de mandioca, para garantir a ele e a sua família e criações, o sustento necessário.² Conforme mostrado pelo botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em suas viagens por Minas Gerais, de 1816 a 1822, a mandioca acompanhou o povoamento do alto São Francisco. Naquela região, o tubérculo sobressaiu-se ao milho, devido às diferenças de clima e de solo. A produção da mandioca, lembra o viajante, não necessitava que fossem realizados grandes preparos para limpar o solo e, por conta disto, de alto a baixo daqueles sertões, via-se crescer o cultivo e o consumo da mandioca, ao contrário das vizinhanças de Vila Rica, que não encontrou quaisquer mandiocais ali plantados. (SAINT-HILAIRE, 1938, t. 1, p. 205; 1975, p. 14)

Ainda no norte da capitania, na segunda metade do século XVIII, como constata José Newton Coelho Meneses, em estudo sobre o abastecimento alimentar nas Minas setecentistas, a mandioca não competia com a produção de milho, e, muitas vezes, chegou-se a semear juntos o milho e o feijão. (MENESES, 2000, p. 184)

Lembra-nos José Newton Meneses que em 15 de abril de 1777, o então governador dom Antônio de Noronha expede circular solicitando aos ouvidores das comarcas mineiras informações dos roceiros que plantavam mandioca nas comarcas do Serro Frio, Rio das Mortes, Rio das Velhas e para o juiz de fora da cidade de Mariana. A intenção do governador era enviar farinha de mandioca para

auxiliar no provimento das tropas que deveriam defender o Rio de Janeiro de uma possível invasão espanhola, depois que os castelhanos tomaram a ilha de Santa Catarina em 1777. Na circular, o governador estipulou quotas a serem estabelecidas por cada uma das regiões indicadas. Para a comarca do Serro Frio determinou-se a porção de 15.000 alqueires de farinha; para o Rio das Velhas eram 30.000 alqueires; Rio das Mortes, 25.000 alqueires, e a cidade de Mariana, outros 14.000 alqueires. A comarca do Rio das Mortes comunicou ao dirigente a sua incapacidade de atender o contingente solicitado, obrigando dom Antônio a pedir uma complementação de 5.000 alqueires de farinha à comarca do Rio das Velhas. Este evento identifica, muito provavelmente, que a comarca do Rio das Velhas fosse a região “maior produtora de mandioca” das Minas, “não apenas por fatores geográficos e extensão de sua área, mas por questões culturais de sua região mais ao norte.” (MENESES, 2000, p. 185-186)

O milho

No cenário agrário setecentista de Minas Gerais, o milho também se destaca, sendo amplamente consumido pelos mineiros e servindo também de alimentação aos animais.

Ao estudar os costumes alimentares dos paulistas em suas áreas de expansão, Sérgio Buarque de Holanda observou o hábito e a preferência dos habitantes do planalto de Piratininga pela produção do milho e de sua farinha. Inicialmente esclarece que uma das razões para o seu sucesso era a inadequação da mandioca à atividade predominantemente itinerante do paulista, que se embrenhava nos inóspitos sertões, desde o século XVI, em busca de índios a serem escravizados e de metais e pedras preciosas; assim como por ser, também, a alimentação preferível dos animais de carga. (HOLANDA, 1995, p. 186-188)³

Em suas correrias pelos sertões, os paulistas – notadamente em suas ações como bandeirantes – acumularam um repertório de saberes sobre a natureza, que os habilitara a extrair dela todo o necessário à vida, desde a subsistência até a farmacopeia. E dentro desses conhecimentos estavam à prática de despender uma grande parte do tempo as ações necessárias para o alimento e a conservação da vida nas matas inóspitas que se embrenhavam. Parte da tropa lançava-se a frente daquelas incursões abrindo caminhos, plantando roças de milho, mandioca e feijão,

para garantir a subsistência dos demais que vinham atrás. (ROMEIRO, 2008, p. 168-169)

Como exímios sertanistas, os bandeirantes serviram-se do arsenal de técnicas de sobrevivência nos matos, das quais fazia parte o plantio antecipado de cereais. (ROMEIRO, 2008, p. 169) Dos produtos, o milho sobressaía-se sob o feijão e a mandioca. De acordo com Sérgio Buarque, a

preferência dada ao milho sobre a mandioca, há de relacionar-se com a própria mobilidade que, por longo tempo, distinguiu a gente do planalto. Nas primitivas expedições ao sertão bruto seria de todo impossível o transporte das ramas de mandioca necessárias ao plantio nos arraiais situados onde já não existissem tribos de lavradores. Primeiramente porque, além de serem de condução difícil, pois ocupariam demasiado espaço nas bagagens, é notório que essas ramas perdem muito rapidamente o poder germinativo. E depois, porque, feito com bom êxito o plantio, seria preciso esperar, no mínimo, um ano, geralmente muito mais, para a obtenção de colheita satisfatória. (HOLANDA, 1995, p. 186)

E continua, “o milho, por outro lado, além de poder ser transportado a distâncias consideráveis, em grãos, que tomavam pouco espaço para o transporte, oferecia a vantagem de já começar a produzir cinco e seis meses ou menos depois da sementeira”. (HOLANDA, 1995, p. 186)

Em documento reunido pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, sobre a notícia dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro de Minas Gerais, de autoria de Bento Fernandes Furtado, há a informação de que ao chegar aos sertões mineiros, rumo às minas do ouro, os paulistas tratavam primeiro de plantar suas roças nas imediações das datas minerais, instalando-se depois nos arraiais e povoados, para esperar até que os mantimentos pudessem ser colhidos. (CÓDICE..., 1999, p. 180) Somente a partir de então é que os trabalhos de mineração tinham início. Por sorte, naquele instante, como lembra Adriana Romeiro, os ritmos da agricultura ajustavam-se perfeitamente à marcha da extração mineral, uma vez que

na estação das águas, entre novembro e fevereiro, era praticamente impossível lavrar os rios e ribeirões, em razão do grande volume de água; mas era a época propícia para o plantio do milho, mandioca e feijão. Nos relatos, percebesse a existência de um padrão bem definido: em novembro, antes de partir, procedia-se à semeadura; regressava-se em fevereiro, quando se iniciavam a colheita e os trabalhos de mineração. Entre o plantio do milho e a colheita, eram necessários mais ou menos noventa dias. No caso do feijão, o ciclo girava em torno de sessenta dias. Mais longo, o ciclo da mandioca tinha doze meses. (ROMEIRO, 2008, p. 170)

Eduardo Frieiro, em clássico sobre a comida dos mineiros, lembra que o alimento básico da maioria da população achava-se no milho e na mandioca. (FRIEIRO, 1966, p. 51)

Apesar de as pessoas mais abastadas comerem o milho por gosto e as pessoas de pouco poder aquisitivo por necessidade, como apontado por Sérgio Buarque de Holanda, a partir do depoimento de um missivista anônimo de 1717, citado pelo historiador Afonso de Escragolle Taunay em sua *História geral das bandeiras paulistas*, o consumo do cereal e de seus derivados – pamonha, curau, bilhós, papas, biscoitos, fubá, bolos, alcamonias, catimpuera, pães, cuscuz, farinha, bambá-de-couve, broas, pipocas, aluá ou cerveja de milho verde, aguardente, canjica, entre outros – passou, ao longo do século XVIII, a ser dominante a todos os segmentos da sociedade. (Apud. HOLANDA, 1995, p. 183)

Amplamente empregado na culinária mineira, o milho era também o alimento das aves, porcos e animais de carga, e, por isso, era cultivado próximo aos pousos e caminhos. Também era a partir dele que se fazia o fubá, utilizado no preparo do angu, principal alimento dos escravos e de homens livres pobres.

O angu de fubá cozido na água, na época, segundo Julita Scarano, não diferia do tipo encontrado na África. Por tratar-se de um bolo alimentar que não necessariamente precisava de dentes para ser comido, era próprio para ser consumido por quem não tinha dentes suficientemente fortes e sadios para triturar alimentos duros, como muito dos escravos relacionados às lides minerárias. A comida também não requeria muito tempo para ser preparada e ingerida. (SCARANO, 1994, p. 45-46)

Naquele cotidiano agrícola e alimentar, para a fabricação da farinha, segundo noticiado por Costa Matoso, em documento sobre engenho de pilões de milho, o cereal era conservado por cinco ou seis dias em recipientes com água fria, até ficar brando e principiar sua fermentação; sendo, a partir de então, retirado e levado para monjolos ou pilões, onde era macerado e transformado em massa. Dali seguia para um forno de cobre, de barro ou de pedra, até ficar consistente e seco. (CÓDICE..., 1999, p. 776)

Aproveitado assado, cozido, verde ou como farinha, o milho caracterizava-se, em especial dentro do ambiente paulista e mineiro, como um alimento típico da itinerância e, por causa disso, não nos é possível saber quais foram os tipos de grãos – na maioria das vezes – utilizados nas sementeiras.

Nesse cenário, por exemplo, as espécies desse cereal cultivadas pelos índios de Minas Gerais ainda merecem um estudo sistemático sobre suas variedades; e raros são os relatos de viajantes que por lá transitaram que as tenham informado.

De maneira geral, as etnias indígenas brasileiras cultivavam diversas variedades de milho, com técnicas e cultivos próprios e culturalmente variados. Cada tradição plantava, e muitas ainda hoje lavram, um conjunto de sementes de variedades domesticadas ao longo de séculos, envidando esforços para preservá-las sempre que possível.

Como a etnohistória não se prende a recortes cronológicos rígidos, valorizando experiências mnemônicas de caráter êmico, esse campo de estudos se habilita para as lides de decifrar práticas culturais nas quais os cultivos sobrevivem e se adaptam. Afinal, não falamos de índios mortos, mas de descendentes que continuam presentes como atores históricos em nosso tempo. Os representantes atuais de etnias indígenas como os Carijó, da Região Mineradora Central, os Puri-Coroado, da Zona da Mata, e os Botocudo, do Leste, têm muito a nos informar sobre esses cultivos, espécies e histórias; e este trabalho de pesquisa ainda está por fazer.

Sabemos que os povos Tupi valorizam muito o cultivo do milho. Também os grupos Jê, do Brasil central, como os Xavante e os Mebêngôkre (também conhecidos como Kayapó), têm sua agricultura fortemente baseada na produção daquele cereal, que requer as chamadas “terras pretas”, consideradas de boa qualidade e férteis. No calendário anual, muitas etnias realizam rituais para marcar o plantio ou a colheita do milho verde. Por exemplo, enquanto para os Tupi o milho branco é o mais importante, devido as suas relações simbólicas com a vida dos ancestrais; as variedades de milho vermelho e preto são muito valorizadas pelos Xavante e Mebêngôkre. Os documentos existem, mas em sua maioria nos falam simplesmente “milho”, sem descrever sua variedade ou maneiras particulares pelas quais os indígenas os cultivavam. Isto também vale para os sitiantes e agricultores coloniais.

De maneira semelhante, quando se pretende estudar a versatilidade de sua produção, não dispomos, como bem adverte Angelo Alves Carrara, de enquetes sobre o rendimento médio das lavouras de grãos. Lembra que, por vias indiretas, como os inventários, “pode-se ter uma ideia suplementar”. Uma sementeira de milho, baseando-se nos números apresentados por Raimundo José da Cunha Matos, em sua corografia histórica da província de Minas Gerais, “rende

ordinariamente acima de 80 por um, e em lugares de mato virgem tem rendido 500 por um”. Nas poucas menções em inventários de Mariana, por exemplo, indicou que “o milho rendia no mínimo 40 e no máximo 75 por 1”. Desse rendimento já estava descontada a perca decorrente da colheita, que “corresponderia a 25% do total colhido”. (Apud. CARRARA, 2007, p. 206-207)

Dos poucos exemplos existentes do rendimento comparado de lavras e de roças, Angelo Carrara ilustra o caso da propriedade do contratador de dízimos Manuel Ribeiro dos Santos, localizada na Piranga, com uma légua e meia de terras e águas metidas. Entre 1742 e 1746, foram extraídas 7.381-½-1 oitavas de ouro em pó, ou o equivalente a 26,47 kg, e produzidos 60.420 mãos de milho. (CARRARA, 2007, p. 207) Este exemplo demonstra que mesmo as propriedades com significativos serviços de exploração aurífera tentavam abastecer-se de mantimentos necessários ao sustento de seus trabalhadores, de modo a evitar a escassez de alimentos, tal como verificado nos episódios de fome presenciados no início do século XVIII, quando do desbravamento da região.⁴

Dados sobre o horizonte agrário mineiro também podem ser observados em uma tipologia documental não usualmente estudada para este fim, que são os autos de sequestro dos bens dos envolvidos na Inconfidência Mineira de 1788-1789, reunidos sob o título de Autos de Devassa, e em documentos correlatos (como, por exemplo, cartas de sesmaria e lista de prestação de contas) àquele movimento.

Os autos de sequestro e o estudo das plantações de subsistência nas propriedades de inconfidentes de 1788-1789

No estudo da Inconfidência Mineira, os autos de sequestro correspondem à listagem dos bens confiscados pela Coroa portuguesa frente ao patrimônio dos envolvidos e condenados por “participarem” de um motim que se pretendia organizar contra o governo que administrava a capitania de Minas Gerais em 1788-1789. (RODRIGUES, 2010, p. 47-48)

As apreensões revelam os bens de uma pessoa, como fazendas, residências, animais, instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, escravos, vestuário, dívidas a receber e a pagar, joias, móveis, livros etc. (RODRIGUES, 2010, p. 52) Nos autos de sequestro é possível vislumbrar as variáveis e as expectativas econômicas

a que os envolvidos e suas famílias estavam sujeitos ao longo da segunda metade do século XVIII. Afinal, em quais relações econômicas se envolveram?

Com o avançar do Setecentos, devido aos intrincados caminhos, riquezas e a rede comercial que se formou entre Minas Gerais e as capitanias vizinhas e Portugal, o mineiro viu sobre a sua mesa uma maior oferta e diversidade de produtos, além, é claro, de contar com uma produção local rica e diversificada, como atestam os documentos, respondendo cada vez mais à necessidade e à demanda da população.

Nas propriedades do coronel José Aires Gomes⁵, localizadas na comarca do Rio das Mortes, sul de Minas Gerais, se produzia milho em apreciável quantidade. Em uma de suas fazendas, a do Engenho de São Sebastião, que integrava unidades de produção voltadas para as práticas agrícolas e pastoris, encontramos indicada a presença de casas de vivenda e sobrados cobertos de telhas; um engenho de moer cana com bois (engenho de trapiche), moendas de ferro, um moinho, um forno de cobre assentado em fornalha, um paiol com cinco carros de grãos estocados (150 litros), casas de tropas e um monjolo, tudo coberto com telhas; além da senzala coberta de capim e 51 escravos. No local encontravam-se plantadas duas roças de milho que totalizavam 32 alqueires (= 1.548.800 m²) e produção de 1.160,5 litros (967 kg); uma roça de feijão com vinte alqueires (725 litros / 604,5 kg) e vinte alqueires de arroz com casca. (IHGB, 1802, fls. 19-22)

Em outra de suas fazendas, a Passa Três, com três léguas de extensão de terra (o equivalente a 60 km²) e localizada no “caminho do mato do Rio de Janeiro”, existia “um paiol bom coberto de telha com 16 carros de milho dentro” (480 litros), tudo assistido pelo agregado José da Cruz Alves, homem pardo, e por mais dois escravos. Dos papéis sequestrados encontrou-se “um bilhete de Joaquim Batista Rodrigues em que diz: recebi por conta de meu amo o capitão Antônio Gomes Mafra em vinte e três de outubro próximo [?], seis alqueires de milho [217,6 litros] a preço de doze vinténs” [= 240 réis ou 40 réis cada alqueire]. (IHGB, 1802, fls. 24v-25; RODRIGUES, 2010, p. 111)

Na fazenda Acácio, também de Aires Gomes, há indicação de uma roça que já sofrera a colheita de sete alqueires, “que apenas poderá render 12 ou 14 carros de milho em espiga” [360 ou 420 litros] e um “monjolo de socar milho”, estando toda a manutenção da propriedade a cargo de Manuel da Silva Espíndola – “sócio” do inconfidente no empreendimento – e sua família. A colheita era estocada em um paiol coberto de telhas e que fora assolado por um incêndio em um dos seus

cantos. Possivelmente, a causa de tal tragédia foi o prolongamento de alguma das queimadas feitas na mata auxiliar para limpar e fertilizar o solo no ano de 1790, ou no anterior. (IHGB, 1802, fls. 24v; RODRIGUES, 2010, p. 114) O sequestro dos bens do conjurado deu-se em maio de 1791, época da colheita do grão. Auguste de Saint-Hilaire transmitiu detalhes acerca da cultura do milharal:

Toda a sabedoria do lavrador consiste em queimar as matas e semear na época favorável. Pelo mês de setembro, quer dizer, pelo fim da seca, fazem-se, na terra coberta de cinzas, buracos afastados de três ou quatro pés, e põe-se em cada um deles alguns grãos de milho. (...) Pelos fins de janeiro, um pouco depois da fecundação do milho, plantam-se ordinariamente os feijões entre as estipes dessa gramínea; limpa-se ainda uma vez a terra entre a plantação do milho e o tempo da colheita, e, pelo mês de abril, faz-se a colheita do milho e do feijão ao mesmo tempo ou com poucos dias de intervalo. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 106)

No inventário de Ana Maria dos Santos, datado de 1747, sogra de Aires Gomes, consta que a propriedade Cachoeira, contígua à fazenda da Borda do Campo, do futuro inconfidente e que ficou para ele após seu casamento com a filha de Ana Maria, tinha 49 escravos, um engenho de fazer farinha de milho, 10 ovelhas, 65 porcos, 13 cavalos, 86 cabeças de gado vacum e 3.000 mãos de milho empaiolados (29.100 litros, equivalentes a 29,1 m³ de milho armazenado em área pouco maior que três metros de comprimento, por três de largura e três de altura). (Apud. CARRARA, 2007, p. 196) O engenho na propriedade, localizado às margens do Caminho Novo, era essencial para o tipo de atividade que esta fazenda desempenhava: atender a passageiros, já que possuía ranchos. (RODRIGUES, 2010, p. 115)

Entre os sediciosos residentes na comarca do Rio das Mortes, o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto⁶ tinha na fazenda Engenho dos Pinheiros 150 carros de milho estocados no paiol, avaliados cada um a 1\$200 réis, que totalizavam a quantia de 180 mil réis, conforme avaliação feita pela devassa da Inconfidência. Na propriedade encontravam-se, ainda, “casas de engenho e paiol grande”; dois alambiques, moinho, tudo coberto de telhas; senzalas cobertas de capim; três bestas muares com suas cangalhas e bruacas, 50 carros de bois, cinco carros desferrados com suas cargas e tiradeiras e 40 cabeças de porcos de terreiro. (ADIM, 1982, v. 6, p. 171; 183; RODRIGUES, 2010, p. 116)

Na roça da Boa Vista, também de Alvarenga Peixoto e localizada nas proximidades da fazenda Engenho dos Pinheiros, há a informação de que no

período de 1796 a 1798 a produção do milho ali plantado rendeu 1.157 carros (34.370 litros) ou o equivalente a 1:388\$400 réis, em três anos. Ao lado da cultura do milho, nessa roça, destacava-se também a do feijão, semeado concomitantemente, apesar de as colheitas dos dois cereais ocorrerem em tempos diferentes. (RODRIGUES, 2010, p. 116)

Na “fazenda com casas de vivenda térreas e assoalhadas” do vigário da vila de São José del-Rei, Carlos Correia de Toledo e Melo⁷, na paragem “ao pé da Lage, termo da vila de São José”, tinha “engenho de pilões, moinho aparelhado, tudo coberto de telha”, além de “senzalas, chiqueiros e mais ranchos cobertos de capim, com seu quintal com árvores de espinho, tudo murado de pedra, com todos os seus pertences de matos e capoeiras e mais logradouros, e com seu rego de água para o engenho e o moinho”. A propriedade era trabalhada por 16 escravos, que cuidavam de quatro alqueires de milho plantado (= 193.600 m²) e quatro ditos de feijão, um cavalo baio e dois potros. Além disso, a fazenda tinha, ainda, “seis bois de carros com suas cangas” e “um carro desferrado usado”. (ADIM, 1982, v. 6, p. 77-79; RODRIGUES, 2010, p. 115)

Outro produto indispensável e facilmente verificado no horizonte agrário mineiro – como se observa nos exemplos – era o feijão. A sua cultura na comarca do Rio das Mortes estava presente, por exemplo, na fazenda da Laje, do coronel José de Resende Costa⁸, que continha uma roça de vinte alqueires de milho e uma roça de feijão de oito alqueires (= 387.200 m², que rendeu 290 litros), além de um engenho de fazer farinha, um moinho, um forno de torrar farinha assentado em fofalha, entre outros bens. (RODRIGUES, 2010, p. 117-118)

O feijão era plantado quase sempre no meio das sementeiras do milho ou de outras culturas. Trivial na mesa do mineiro, o “pai de todos” – na feliz expressão que lhe foi atribuída por Eduardo Frieiro –, fazia parte da alimentação básica. De grande número de variedades, em Minas Gerais o preferido era o “mulatinho”, utilizando-se também as espécies “chumbinho”, “manteiga”, “rouxinho” e “preto”. Ao feijão cozido, “quase sem caldo, não esmagado, e juntado depois aos torresmos fritos e à farinha de mandioca, dão-se os nomes de ‘feijão-de-tropeiro’, ‘feijão-das-onze’ e ‘feijão-de-preguiça.’” (FRIEIRO, 1966, p. 155) Outra iguaria significativa no horizonte alimentar mineiro – “o mais mineiro dos pratos” – era o tutu de feijão, preparado com a espécie “mulatinho”, o qual, depois de cozido, “se engrossa com farinha de mandioca ou de milho e é servido com torresmos. Também se serve com linguiça ou com ovos cozidos, cortados em rodela.” (FRIEIRO, 1966, p. 157) Seu

cultivo, aliás, ao que parece, era realizado em pequenos roçados, para abastecer áreas urbanas próximas. Em seu estudo sobre o comércio na capitania das Minas setecentistas, Cláudia Chaves observa que o feijão é encontrado em quantidade mínima nos postos fiscais, não sendo alvo de especialização comercial, por ser amplamente cultivado. (CHAVES, 1999, p. 92) O padre Carlos Correia de Toledo tinha uma fazenda na paragem da Lage, trabalhada por 16 escravos, com seis bois, um moinho, um engenho, quatro alqueires de milho plantado e quatro de feijão (193.600 m² cada). Na fazenda Engenho, de Aires Gomes, eram cultivados onze alqueires de feijão (532.400 m²). (ADIM, 1982, v. 6, p. 426-429; 76; RODRIGUES, 2010, p. 118; IHGB, 1802, fl. 21)

Ao lado destas culturas destaca-se também a produção de arroz. Semelhante ao feijão, o arroz também fazia parte da alimentação básica do mineiro. A fazenda da Mantiqueira, de uma légua de extensão e propriedade de José Aires Gomes, tinha 13 escravos que se revezavam nas culturas do trigo e do arroz. Os trigais compreendiam apenas meio alqueire de terra plantada, equivalente a 24.400 m², e se destinavam ao abastecimento dos animais da fazenda, que eram 60 porcos e dois cavalos, e dos moradores da propriedade, além de seus excedentes serem comercializados no mercado local. A produção de arroz com casca abrangia uma área de 12 alqueires (= 580.800 m²). Na fazenda Acácio, também dele, a produção de arroz chegava a 20 alqueires (= 968.000 m², com rendimento de 725,5 litros). (IHGB, 1802, fls. 16v-17, 24v)

Muitas vezes, o arroz também era plantado no mesmo campo do milho. Possivelmente, devido a isso, não encontramos em nenhum outro sequestro de bens de inconfidentes residentes na comarca do Rio das Mortes qualquer referência individual à plantação desse cereal; constatamos apenas a presença nos sequestros de pilões, que tinham múltiplas utilidades, como limpar o arroz e, no caso do milho, preparar a canjica. Nos pilões também era preparado o azeite de mamona, indispensável para a iluminação, assim como a paçoca (tanto a feita de carne seca quanto a de amendoim torrado – que se misturavam com o milho na confecção daquela iguaria culinária) e a massa da mandioca cozida, utilizada na preparação da broa. (BARBOSA, 1971, p. 225-226)

A produção de milho e feijão, que configurava o lado agrícola da unidade produtiva, se voltava tanto para o abastecimento interno, quanto para o mercado constituído pela sociedade mineira. Por exemplo, na relação dos pagadores de dízimos da freguesia da Borda do Campo, de 1751 a 1753, foram listados 180

moradores que colocaram algum tipo de produto agrícola no mercado. Essa listagem, entretanto, não revela a totalidade da produção agrária da região, pois deixava de fora a pequena produção destinada ao autoconsumo. (CARRARA, 2007, p. 237) Mas, de qualquer maneira, entre as localidades indicadas na relação dos pagadores do dízimo se destacava a “Capela do Coronel”, comandada pelo tenente-coronel José Lopes de Oliveira, que, ao lado de seu sobrinho, tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, desenvolvia, possivelmente em sociedade com ele, práticas agrícolas na fazenda da Borda do Campo.

No documento observa-se que a importância devida por José Lopes, o responsável pelos valores a serem pagos a Fazenda Real, no triênio de 1751 a 1753, era de 300 oitavas de ouro (= 360\$000 réis). Entre todos os moradores da região, somente sete tinham que pagar valores iguais ou superiores a 100 oitavas. Destes, apenas três igualavam ou ultrapassavam as 200 oitavas e, apenas, José Lopes de Oliveira chegou ao valor de 300 oitavas de dívida, a maior de todas.⁹ (RODRIGUES, 2002, p. 129-130)

O alto valor a ser pago pelo tenente-coronel José Lopes de Oliveira referia-se, principalmente, à cultura do milho e do feijão cultivados na fazenda da Borda do Campo. (APM, CCOP, cód. 2030, fl. 19) José Aires Gomes, a partir da década de 1770, quando adquire a posse das propriedades que foram originalmente de José Lopes, seu sogro, continuará a desenvolver a agricultura no local e, conseqüentemente, a pagar avultadas quantias de dízimos. (RODRIGUES, 2002, p. 130)

Os valores dos dízimos cobrados aos moradores da freguesia da Borda do Campo exprimiam apenas a produção destinada ao mercado. Esses índices congregavam, de maneira genérica, toda a produção agrária lançada sob o nome de um lavrador, ao qual era colocado um valor correspondente à décima parte da produção agrícola comercializável. (RODRIGUES, 2002, p. 130) Angelo Carrara explicita que as suas cifras “exprimem essencialmente a produção de caráter escravista”. E continua: “Essencial mas não exclusivamente, já que comportava também a participação – eventual ou permanente – de alguns lavradores com produção familiar lançada ao mercado, com ou sem o recurso à mão de obra escrava ou de outro tipo.” (CARRARA, 2007, p. 237) Os valores a serem pagos em oitavas de ouro, devidos por cada morador, devem ser lidos como os gêneros produzidos pelas unidades escravistas ou pelos poucos lavradores que, de maneira felizarda, participavam do mercado naquele momento, ou seja, os valores do

imposto correspondiam aos montantes da produção agrária mercantilizada, e dentre esses produtos estava o milho e toda a sua história como um dos cereais mais significativos da história alimentar de Minas Gerais.

No ano de 1797, pouco antes de receber os bens partilhados pela devassa da Inconfidência, Maria Inácia de Oliveira, viúva de José Aires Gomes, que morrera no ano anterior, apresentou à Fazenda Real as contas dos rendimentos das roças de milho, feijão e arroz existentes nas fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, correspondentes ao período de 1791 a 1796, época em que estas propriedades estavam confiscadas. Aqui, entretanto, apresentaremos apenas a indicação dos valores dos rendimentos correspondentes às produções de milho, feijão e arroz que se praticavam na fazenda da Borda do Campo – sede e propriedade principal de Aires Gomes (Tabela 1).

TABELA 1**Fazenda da Borda do Campo:
rendimentos averiguados de 2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796**

	1791	1792	1793	1794	1795	1796	Rendimentos (em réis)
Milho	255\$000	190\$975	199\$400	202\$400	198\$900	207\$000	1:253\$675
Feijão	66\$000	55\$000	48\$500	40\$975	43\$640	41\$525	295\$640
Arroz	24\$600	26\$300	19\$575	21\$950	20\$400	19\$740	132\$565
							1:681\$880

Fonte: IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Traslado de Auto de Sequestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). 1802, fls. 294-294v.

Observa-se que o milho era o principal produto agrícola da fazenda da Borda. Em 1791, ano da prisão de José Aires Gomes por participação na Inconfidência Mineira e o de sequestro de seus bens, foi anotada pela devassa a existência de uma roça de milho de um alqueire e meio, o que equivale dizer que 72.600 m² da propriedade eram dedicados a essa cultura. Os seus rendimentos chegaram a 255\$000 réis. Para os demais períodos, não existem relatos das áreas plantadas, nem a quantidade de grãos colhidos. (RODRIGUES, 2002, p. 139)

Quanto ao feijão e ao arroz listados, não aparecem quaisquer indícios no sequestro empreendido contra a fazenda da Borda do Campo, no ano de 1791. Como indicado, muitas vezes o arroz era plantado no mesmo campo do milho, daí a sua possível ausência no inventário dos bens confiscados. Já a roça do feijão foi omitida no inventário dos bens apreendidos pela devassa da Inconfidência. Com um

rendimento de 295\$640 réis, nos dois triênios apresentados, a “roça de feijão” não deveria ser imperceptível aos olhares dos inquiridos da Inconfidência.

Em suma, observa-se, independente da diversidade de atuações agrícolas do coronel José Aires Gomes, importante produtor da região da Borda do Campo e imediações, que seu exemplo serve-nos para ilustrar as possibilidades de riquezas e poder advindos dos sertões e que os números da produção agrícola ali apresentado, em semelhança às produções agrárias encontradas nos sítios dos demais sediciosos mineiros individualizados, confirmam que o milho, o arroz e o feijão constituíam-se no triunvirato alimentar da comarca do Rio das Mortes, na segunda metade do século XVIII.

NOTAS

1. Quando o europeu desembarcou no Novo Mundo, em 1492, a mandioca já estava domesticada pelos indígenas há pelo menos 8.000 mil. (FRASER; CLEMENT, 2008, p. 176) Nos séculos XVI e XVII existem registros que indicam o consumo da mandioca na culinária “brasileira” nos escritos dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, de Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, Pero de Magalhães Gandavo, Sebastião da Rocha Pita, Gabriel Soares de Sousa, André Thevet, Fernão Cardim, Yves d’Evreux, Jean de Lery, Claude d’Abbeville e frei Vicente do Salvador, por exemplo, que expõem, a sua maneira, informações que registram o preparo da farinha, mingaus, beijus, caldos, bolos, etc. (CASCUDO, 1983, v. 1, p. 103-106)
2. Em abril de 1714, o território de Minas Gerais foi dividido pioneiramente em três partes político-administrativas e judiciárias, que receberam o nome de “comarcas”, a saber: a de Vila Rica, cuja sede ficava Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto; a do Rio das Velhas, com sede na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará; e a do Rio das Mortes, com sede na vila de São João del-Rei. Depois, em fevereiro de 1720, criou-se uma quarta comarca, a do Serro Frio, com sede na vila do Príncipe, hoje cidade do Serro. Somente em maio de 1815 é que se criou a comarca de Paracatu.
3. No período colonial, a ideia de sertão associa-se, mais do que características físicas, a uma compreensão sociocultural do espaço. Os sertões seriam as terras que ficavam no interior, desviadas das povoações, habitadas por indígenas selvagens que devoravam “animais da mesma espécie” (VASCONCELOS, 1994, p. 157), ou um lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e pela dramaticidade da escolha de cada um que se embrenhava a fim de decifrar aquele ambiente não domesticado, adverso, habitado por animais e plantas de todos os tipos, tamanhos e nomes. Apesar de os sertões serem o espaço do desconhecido, para a maior parte da população colonial era sinônimo de promessas de riquezas. (RODRIGUES, 2002, p. 78-82)
4. Em seus primeiros anos, os alimentos que chegavam vindos das áreas litorâneas e as poucas roças então existentes não eram suficientes para sustentar o fluxo desordenado de pessoas oriundas de diferentes lugares da América portuguesa e do Reino que para lá migraram e, como consequência, crises de fome assolaram a região de Minas Gerais entre os anos de 1697-1698, 1700-1701 e em 1713. Sobre isto, conferir: GUIMARÃES; REIS, 2007, p. 323; ROMEIRO, 2008, p. 165-180; RODRIGUES, 2014, p. 50-52.
5. José Aires Gomes nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, atual distrito de Paula Lima, em Barbacena, em 1734. Seus pais foram o português João Gomes Martins e a fluminense Clara Maria de Melo. Em depoimento à devassa da Inconfidência, Aires Gomes gabava-se perante os juizes de ser o maior fazendeiro de Minas Gerais em extensão de terras. Na região da Mantiqueira possuía mais de 40 sesmarias, espalhadas por várias fazendas. Dentre elas, destacam-se as da Borda do Campo, Engenho de São Sebastião, Mantiqueira, Acácio, Calheiros e Passa Três.

6. Inácio José de Alvarenga Peixoto nasceu no Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1742. Era filho da fluminense Ângela Micaela da Cunha Nogueira e do português Simão de Alvarenga Braga. De 1º de outubro de 1760 a 3 de fevereiro de 1767, com interrupções, frequentou o curso de Leis da Universidade de Coimbra. Após formar-se e se habilitar aos lugares das Letras, em agosto de 1767, foi nomeado juiz de fora da vila de Sintra, em Portugal, em 1768. Exerceu a magistratura naquela vila portuguesa de janeiro de 1769 a dezembro de 1772. Depois, em 1776, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio das Mortes, em cuja sede tomou posse em 19 de agosto daquele ano. Em Minas Gerais envolveu-se amorosamente com Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, com quem teve quatro filhos: Maria Efigênia, José Eleutério, João Damasceno e Tristão. No processo de sequestro, feito em 1789, a devassa aprendeu-lhe, por exemplo, a fazenda Engenho dos Pinheiros, em Campanha do Rio Verde, 17 terras minerais, 122 utensílios mineratórios, 134 escravos e 93 animais domésticos. (RODRIGUES, 2010, p. 27-29)
7. O padre Carlos Correia de Toledo e Melo, filho primogênito de Timóteo Correia de Toledo e sua mulher Úrsula Isabel de Melo, nasceu em 1736, em Taubaté. Ao ser preso em 1789, teve apreendido pela devassa cinco propriedades e duas moradas de casa, sendo uma delas uma fazenda no arraial da Laje, com casas, moinho e engenho. Além destes bens de raiz, teve, ainda, apreendidos 31 escravos, 37 ferramentas minerais e 6 utensílios agrícolas. (RODRIGUES, 2010, p. 23-24)
8. José de Resende Costa nasceu no arraial de Prados, em 1730, e era casado com Ana Alves Preto, com quem teve dois filhos: Francisca Cândida de Resende e José de Resende Costa (nome homônimo ao do pai e também envolvido na Inconfidência Mineira). Na época de sua prisão, residia no arraial da Aplicação de Nossa Senhora da Penha de França da Laje, atual município de Resende Costa, na fazenda Boa Vista dos Campos Gerais da Laje. Era capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar da vila de São José. No arraial da Laje, a devassa sequestrou-lhe uma morada de casas, vizinha a que o padre Toledo tinha no local, 31 escravos, cinco utensílios minerais e 245 datas. (RODRIGUES, 2010, p. 24-25)
9. Depois do tenente-coronel José Lopes de Oliveira, as maiores dívidas de dizimo foram as de Tomás da Costa Maia, morador no Bom Jardim e que devia 250 oitavas de ouro (= 300\$000 réis); Tomás da Silva, residente na fazenda Chiqueirinho, na paragem do Barroso, que devia 200 oitavas (= 240\$000 réis); Manuel de Azevedo Matos, proprietário de terras apossadas também na paragem do Barroso e que devia 120 oitavas (= 144\$000 réis); Antônio de Souza, residente no Facão, entradas de Manuel Teixeira, devia 110 oitavas de ouro (=132\$000 réis); José Dutra da Silveira, morador nos matos gerais da Ressaca, na paragem do Palmital da Pedra Menina, e José Martins, morador no Salto da Paraopeba, que, juntos, deviam cada um a importância de 100 oitavas (120\$000 réis). Conferir: APM, CCOP, cód. 2030, fls. 17, 41, 11, 41, 43, 47.

REFERÊNCIAS

Fontes

Fonte manuscrita

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Traslado de Auto de Sequestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). 1802.

APM, CCOP – Arquivo Público Mineiro. Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, Códice 2030.

Fonte impressa

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1982. v. 6.

CÓDICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Coordenação geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v., v. 1.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Nacional, 1938. 2 t., t. 1.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. A arte de cozinha e as plantas do Brasil, séculos XVI-XIX. In: KURY, Lorelai (Org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: A. Jakobsson, 2013, p. 138-179.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.

BASSO, Rafaela. *A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho?* Campinas, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CASCUDO, Luis da Camara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983. v. 1.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

FRASER, James A.; CLEMENT, Charles Roland. Dark earths and manioc cultivation in Central Amazonia: a window on Pre-Columbian agricultural systems. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 2, p. 175-194, 2008.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 4, p. 85-99, 1987.

_____; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 321-335.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

MENEZES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

_____. Mineração, escravidão e migração para o Brasil (Minas Gerais, século XVIII). In: GALEANA, Patricia (Coord.). *Historia comparada de las migraciones en las Américas*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2014, p. 45-66.

_____. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa: UFPB, n. 19, p. 165-181, 2008.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990.

André Figueiredo Rodrigues é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis, em São Paulo, Brasil. Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Acadêmico Efetivo (cadeira nº 40) da Academia Guarulhense de Letras (AGL) e Membro Titular da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e Historia (IPGH), no Brasil.

José Otávio Aguiar é Professor do Curso e do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, Brasil. Pós-Doutor em História, Relações de Poder, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Pós-Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Como citar:

RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio. As plantações de subsistência nas propriedades dos participantes da Inconfidência Mineira (Minas Gerais, comarca do Rio das Mortes, segunda metade do século XVIII). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 114-133, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.